

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

# Prato cheio para a bioindústria

**ÍNDIOS QUEREM GARANTIR DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE SEUS PRÓPRIOS CONHECIMENTOS E INTERROMPER PROCESSO QUE JÁ TIROU DE SUAS MÃOS SUBSTÂNCIAS COMO O CURARE**

JOUBERT LIMA  
 ESPECIAL PARA A CRÍTICA

O conhecimento das comunidades indígenas a respeito de plantas com potencial para a bioindústria deverá ser um dos pontos de partida para as pesquisas do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Para garantir o direito de propriedade sobre seu próprio conhecimento, os índios estão se organizando e fomentando a discussão sobre o assunto. A inauguração do CBA está prevista para abril de 2002. Para atender a área de biotecnologia, o CBA vai dispor de laboratórios de microbiologia, biologia molecular, engenharia genética, bioquímica, cultivo de células e tecidos vegetais e animais e fermentação.

Na tentativa de regulamentar o uso do conhecimento tradicional pela bioindústria, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) participou, de 10 a 14 de dezembro, em Genebra, da reunião do Comitê Especial de Proteção à Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais, que reúne representantes de 70 países. O Comitê faz parte da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Pela primeira vez, a reunião contou com a presença de um representante dos povos indígenas brasileiros, Jorge Terena.

Durante o encontro, Terena entregou aos membros do Comitê a "Carta de São Luís do Mara-



**CONTROLE** Depois de ver saberes tradicionais levados do País, índios querem criação de banco de dados

anhã", documento assinado por líderes indígenas de todo o País que estiveram reunidos de 4 a 6 de dezembro para discutir o tema "A Sabedoria e a Ciência do Índio e a Propriedade Industrial".

No documento, os indígenas reclamam seu direito de participar das discussões sobre o acesso à biodiversidade, uma vez que suas terras contêm grande parte da diversidade biológica do mundo. Eles declaram estar dispostos a compartilhar de seus conhecimentos

tradicionais para aplicações industriais desde que seus direitos sejam respeitados.

Os líderes sugerem a criação de um banco de dados, nos moldes do que já existe na Venezuela, onde instituições interessadas podem ter acesso ao conhecimento indígena, mediante o pagamento de uma taxa. Os recursos dessa taxa beneficiam as comunidades que fazem parte do projeto. A utilização de elementos de posse dos índios é negociada direta-

mente com as comunidades. "Queremos gerenciar nosso próprio crescimento econômico", disse o membro do Comitê Intertribal, Marcos Terena.

Na carta, os pajés também afirmam sua oposição a toda forma de patenteamento que provenha da utilização dos conhecimentos tradicionais e solicitam a criação de mecanismos de punição para coibir o furto da biodiversidade, que já vem ocorrendo há muito tempo.



**TERENA** Representante dos povos indígenas levou carta dos pajés até Genebra

## Outras recomendações dos pajés

- Aprovação do Projeto de Declaração da Onu dos Direitos Indígenas
- Criação de um Comitê Indígena para acompanhamento da discussão sobre os conhecimentos tradicionais.
- Adoção de política da biodiversidade e sociodiversidade destinada ao desenvolvimento econômico sustentável dos povos indígenas
- Os governos devem reconhecer os conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhe tratamento adequado.
- Adoção de um instrumento universal de proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais, que contemple, entre outros aspectos, o reconhecimento das terras indígenas, a propriedade coletiva dos conhecimentos tradicionais e a participação dos povos indígenas na distribuição equitativa dos benefícios resultantes da utilização destes recursos.

## Mercado movimentará R\$ 500 bilhões

Um exemplo do "saque" a que se referem os indígenas é o curare, extrato vegetal usado na ponta de flechas e zarabatanas para atordoar os animais de caça. O princípio ativo do curare foi patenteado nos Estados Unidos e é utilizado na fabricação de analgésicos. De acordo com o Inpi, apenas 3% dos pedidos de patenteamento de ativos são oriundos de entidades brasileiras, de modo que o país quase não participa de um mercado que movimentará cerca de US\$ 500 bilhões ao ano no mundo. Só em 1999, o setor de fármacos movimentou US\$ 300 bilhões. A participação dos produtos de

origem natural já representa 17% desse mercado.

Desde o ano passado, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi) está estudando uma regulamentação internacional para o uso comercial dos conhecimentos tradicionais. Porém, o complicado processo que envolve interesses dos países detentores de bioindústrias e dos fornecedores de matéria-prima deve continuar ainda por mais dois ou três anos.

No Brasil, os pajés devem se reunir novamente em maio, em local ainda a ser definido, para continuar as discussões sobre o

assunto. A atitude dos índios não é de apenas "regular o extrativismo". Eles também querem tomar parte nas pesquisas de novas substâncias.

Entre as reivindicações expostas na Carta de São Luís do Maranhão, está a criação de fundo financiado pelos governos e gerenciado por uma organização indígena para subsidiar pesquisas realizadas pelos próprios membros das comunidades. Além disso, eles também manifestam o interesse na criação de cursos de capacitação e treinamento de profissionais indígenas na área de direitos dos conhecimentos tradicionais.

## EXCLUSÃO X ABSORÇÃO

### Comunidades estão em beco sem saída

Para o professor da Universidade do Amazonas, José Aldemir de Oliveira, a inserção dos povos indígenas no aproveitamento comercial de seus conhecimentos tradicionais, preservando a integridade de suas culturas será a grande discussão para os próximos anos. "De um lado, há o conhecimento indígena que, em princípio, não tem preço e não pode ser comercializado. De outro, há a

indústria do capital, que transforma o conhecimento em mercadoria. A utilização dos conhecimentos indígenas tradicionais, que deveria retornar como benefícios para as comunidades, resulta em destruição para as mesmas", pondera o professor, acrescentando que, mesmo que os índios sejam inseridos no processo, podem ter sua cultura esfacelada. Para Oliveira, as comunidades

indígenas estão num beco sem saída. Se os direitos a seus próprios conhecimentos não forem respeitados, continuarão excluídos do processo e seus recursos serão pilhados. Se, por outro lado, conseguirem tomar parte nas negociações, correm o risco de ser absorvidos pelo sistema do capital. "Nesse caso, o conhecimento não passará adiante e poderá se perder. Poderemos captar alguma coisa, aproveitar um pouco, mas vamos perder todo o resto", comentou o professor, acrescentando que defende o respeito ao conhecimento indígena e os benefícios que pode trazer à humanidade. "Como fazer isso, preservando a integridade da cultura dos índios, eu não sei. Essa será a grande discussão", finalizou.